

A internet nasce para todos

Karla Saraiva¹
Iolanda Montano dos Santos²

Resumo

Desde o final da década de 1990, a noção de inclusão digital vem ganhando destaque, produzindo uma proliferação de discursos e ações nesse sentido. O artigo propõe-se a analisar, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, um conjunto de textos que abrange artigos publicados em revistas de enfoque pedagógico (*Pátio, Nova Escola e Carta na Escola*), documentos produzidos por órgãos do governo brasileiro, documentos produzidos por ONGs e artigos acadêmicos, buscando compreender os sentidos que vêm sendo atribuídos à inclusão digital, bem como sua relação com a instituição escolar. Foi possível constatar que ela funciona como estratégia política de gestão do risco social e que tornar os indivíduos suscetíveis a serem capturados por mecanismos controle rizomático. Também se observou que a articulação entre escola e inclusão digital se dá por duas vias: tanto tomando a escola básica como uma instituição privilegiada para a realização dessa inclusão, quanto tomando a escola como modelo para outras iniciativas que acontecem fora dela.

Palavras-chave: inclusão digital, risco, escola.

Internet rises for everyone

Abstract

Since late 1990s, the concept of digital inclusion is gaining prominence, producing a proliferation of discourses and actions. The article aims to examine, from a poststructuralist perspective, a set of texts covering articles published in Brazilian magazines with pedagogical approach, documents produced by Brazilian government agencies, documents produced by NGOs and academic papers, seeking to understand the meanings attributed to digital inclusion as well as their relationship with the school institution. We observed it works as a political strategy of social risk management and make individuals susceptible to be captured by rhizome control mechanisms. We also observed the relationship between school and digital inclusion occurs in two ways: either by taking the basic school as a privileged place to hold this inclusion, and by taking the school as a model for other initiatives that take place outside .

Keywords: digital Inclusion, risk, school.

A noção de inclusão tem sido um dos temas de maior destaque nas discussões das questões sociais contemporâneas. A ênfase dada à inclusão

¹ Doutora em Educação pela UFRGS, professora do PPG em Educação ULBRA (karlasaraiva@via-rs.net).

² Mestre e doutoranda em Educação pela UFRGS (imontano@via-rs.net).

Textura	Canoas	n.19-20	p.51-64	2009
---------	--------	---------	---------	------

social só é possível a partir da invenção da noção de exclusão social, expressão cuja ampla polissemia permite abrigar não apenas uma grande parcela da população, mas uma parcela sempre crescente. Os fatores que têm sido considerados como condições de exclusão social são cada vez mais abrangentes. A fabricação da exclusão social não pára de crescer.

Dentre os diversos temas relativos à exclusão social, desde o final da década de 90 vem ganhando destaque a exclusão digital. Na esteira da produção da exclusão digital, proliferam discursos e ações para a promoção da inclusão digital. Será a partir da análise de alguns desses discursos que elaboraremos o artigo aqui proposto.

Na primeira parte, pretendemos mostrar o entrelaçamento entre inclusão social e inclusão digital. A seguir, apresentaremos e procuraremos problematizar alguns sentidos que vêm sendo conferidos à inclusão digital, mostrando seu encaixe dentro de um quadro social mais amplo. Na terceira e última seção deste artigo, mostraremos a articulação entre escola e inclusão digital, o que se dá por duas vias: tanto tomando a escola básica como uma instituição privilegiada para a realização da inclusão digital, quanto tomando a escola como modelo para outras iniciativas que acontecem fora dela.

INCLUIR NO DIGITAL PARA INCLUIR NO SOCIAL

A construção de uma sociedade democrática, na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças, teria como princípio a inclusão social, de acordo com narrativas que hoje vêm circulando nas mais diversas instâncias (Mendes, 2006). Esse movimento, que se verifica no contexto mundial, parece mostrar que estamos diante de um entendimento de inclusão que se globaliza e se torna “palavra de ordem”.

A inclusão como um imperativo trabalha com a idéia de que todos são bem-vindos dentro de suas fronteiras, independentemente de raça, religião, cor, gênero, orientação sexual, etc. Nesse processo, aceita todos e é indiferente a tais diferenças. A inclusão universal consegue pôr de lado as “diferenças que sejam inflexíveis ou inadministráveis, e que podem dar origem a conflito social” (Hardt; Negri, 2003, p.217). Os autores afirmam que “pôr de lado as diferenças significa tirar o potencial das diversas subjetividades constituintes” (Hardt; Negri, 2003, p.218). Nesse espaço público, supostamente neutro de poder, é que se estabelece e se legitima uma noção universal de direito que

forma o âmago do Império. Hardt e Negri (2003, p.218) ainda acrescentam que no momento inclusivo

[...] o Império é uma máquina de integração universal [...] convidando todo mundo para entrar pacificamente em seus domínios. O Império não reforça suas fronteiras para afastar os outros; de preferência, puxa-os para dentro de sua ordem pacífica.

Dentro dessa abordagem, a inclusão social assume um papel relevante nas atuais discussões políticas e educacionais. De acordo com Candau (2006), as políticas de inclusão, em sentido amplo, têm sido enfatizadas entre nós a partir da década de 90. Diante de uma sociedade considerada excludente, com tantas diferenças sociais, econômicas, físicas, culturais, religiosas, raciais e de gênero, parece que tais diferenças criam impossibilidades para que a inclusão se efetive.

A partir do entendimento de que a sociedade pode e deve ter um papel ativo na construção de condições que assegurem a dignidade da vida de cada um e de todos os cidadãos é que as políticas de inclusão social buscam estratégias para melhor dar conta daquilo que vem sendo tomado como exclusão. As estratégias devem ser aquelas que indiquem um “bom caminho para um trabalho que vise à democracia e à cidadania” (Brasil, 2007, p. 15).

Aqui é importante salientar que a noção de inclusão está sendo utilizada por nós como uma estratégia, na medida em que constitui modos de ação sobre determinada ação possível. Uma estratégia que tem como principal objetivo a gestão do risco social, que busca introduzir todos dentro do jogo econômico, fazendo com que cada um possa tomar para si a responsabilidade de prover suas necessidades. A inclusão pode ser entendida como um modo de regular os modos de ser, fazendo com que ninguém mais se veja como dependente. Governam-se as ações dos sujeitos para que se possa minimizar o governo estatal provedor de bem estar.

Os excertos apresentados, nesta seção, nos sugerem o quanto as políticas públicas, bem como os projetos desenvolvidos por entidades privadas, ao oportunizar o acesso à internet em muitos locais e promover facilidades para adquirir um computador, estariam assegurando a igualdade de oportunidades para todos os sujeitos. A inclusão digital fica compreendida como um dos elementos constituintes da inclusão social.

A organização desenvolve projetos [de inclusão digital] que atendem a comunidades de baixa renda, públicos com necessidades especiais, portadores de transtornos psiquiátricos, jovens em situação de rua, populações indígenas e comunidades carcerárias, entre outros. (CDI, 2008)

O excerto acima mostra com clareza a articulação que vem sendo constituída entre inclusão social e inclusão digital. Aqueles que constituem o público-alvo dos projetos citados são sujeitos considerados em situação de exclusão e expostos a riscos sociais. A inclusão digital asseguraria sua inclusão social não apenas por ser um meio para melhorar sua empregabilidade, gerando renda que os torne consumidores, mas também porque, supostamente, poderia potencializar sua ação política.

Em geral, a motivação inicial da maioria dos educandos - aprender informática para obter um emprego - se desdobra em outras, que envolvem sua mobilização e organização em torno da reivindicação de políticas públicas para a garantia de seus direitos, como a geração de trabalho e o investimento em projetos sociais. (CDI, 2008).

Na esteira disso, as políticas de inclusão digital têm incentivado o acesso à internet em diferentes ambientes, como residência, local de trabalho, escola e bibliotecas. Conforme o estudo realizado pela divisão NetRatings do Ibope, a expansão dos serviços oferecidos foi responsável pelo crescimento do número de internautas, atingindo um número recorde de 41,5 milhões de pessoas com acesso à internet (ZH, 28/06/08, p.26). A expansão do número de usuários significa um avanço na inclusão digital não apenas por aumentar a abrangência do acesso, mas também porque isso mostra que novos segmentos sociais estão sendo incluídos, segmentos onde a exclusão social estaria presente.

A inclusão digital promove não só o acesso, mas sim o uso e a apropriação social das novas tecnologias digitais, para atender às necessidades das comunidades, para promover a formulação de políticas públicas, a criação de conhecimentos, a elaboração de conteúdos apropriados e o fortalecimento das capacidades das pessoas. (Delgadillo; Gómez; Stoll, 2008).

Conforme os excertos aqui apresentados, a inclusão digital seria vetor de desenvolvimento para as comunidades, permitindo produzir e consolidar a cidadania. A inclusão digital seria condição para a inclusão social.

INCLUSÃO DIGITAL COMO SALVO-CONDUTO PARA A CIDADANIA

O entendimento do que seja inclusão digital –bem como para que, como e por quem deva ser realizada– é ainda campo de debates. Entretanto, na quase totalidade dos textos, ela aparece ligada ao uso da internet. Ou seja: a inclusão digital não está relacionada a um uso qualquer de computadores, mas a um uso bastante específico. Atualmente, cada vez mais as representações de computador e internet se fundem. Um computador desconectado, pouco valor tem.

Conforme Bulger (2007), nos EUA, a noção de *digital divide* (divisão digital), que equivale àquilo que no Brasil chamamos de inclusão digital, passou a ser discutida na segunda metade da década de 90. Segundo esse autor, na época:

A internet estava sendo pensada como tão cheia de possibilidades que qualquer um que ficasse fora dessa revolução estava condenado a uma vida de alienação desconectada, oportunidades perdidas e pobreza de informações, enquanto aqueles que se deleitam com o brilho de um monitor que exhibe o Yahoo! eram vistos como indivíduos sofisticados, chiques e informados, que fizeram a prudente opção de estarem conectados. Ninguém, assim se entendia, poderia ser privado da internet, de seu plano alternativo de existência (ciberespaço) e de suas possibilidades ilimitadas de uma rede humana infinita (tradução nossa).

O excerto acima mostra que a popularização da internet seria, ao menos, um dos fatores que tornou possível tomar como um problema o fato de que alguns estariam excluído dos usos da tecnologia digital. Essa popularização acontece nos EUA a partir de dezembro de 1991, com a aprovação da lei *Ato da Computação de Alta-Performance*, que dá condições para desenvolver a infra-estrutura e o primeiro navegador de internet, o *Mosaic*. No Brasil, a popularização acontece a partir de dezembro de 1995, quando o acesso à internet começa a ser comercializado para o público em geral.

Em geral, a ligação entre inclusão digital e internet é justificada por um entendimento que toma a internet como um dispositivo insubstituível para a inclusão social, ao permitir amplo acesso à informação e abrir novas possibilidades de comunicação. Enquanto os computadores não estavam conectados nessa grande rede, não haveria grandes prejuízos para aqueles que não eram usuários. Essas idéias, expressas no excerto acima, podem ser

percebidas em inúmeros campos discursivos, como documentos oficiais, textos elaborados por ONGs, artigos acadêmicos e revistas de orientação pedagógica.

Entretanto, consideramos importante examinar essa ligação a partir de um outro ponto de vista, o que permitirá pensá-la de modo mais abrangente. Para além desses aspectos mais evidentes, apontaríamos como um dos elementos que dão suporte para o surgimento da noção de inclusão digital a representação espacializada da internet. As possibilidades de socialização, de trocas e de interações que a *web* proporciona vão produzir um significado bastante singular: a constituição de um novo espaço, chamado de ciberespaço. Um espaço que se constitui por feixes de sinais eletrônicos, que está para além da materialidade dos corpos, mas que se atravessa e se articula com o espaço concreto onde esses corpos se movem.

O próprio termo inclusão nos leva a pensar na espacialidade: incluir é trazer para dentro, encerrar. Segundo Veiga-Neto e Lopes (2007), as políticas de inclusão são efetivadas colocando-se todos os corpos num mesmo espaço. Para que haja inclusão, todos precisam estar juntos. O estar juntos, o posicionamento de todos dentro de um mesmo espaço, também se constitui como uma operação que permite conhecer esse outro que estava na exterioridade, produzir saberes sobre ele, categorizá-lo. Trazer o outro para perto, torna possível governá-lo. A noção de inclusão digital, sob esse ponto de vista, teria sua emergência associada à espacialização da internet. Seria necessário trazer para esse espaço aqueles que estão fora, deixando-os ao alcance de um certo tipo de governamentalidade trazida por esse artefato.

Desse modo, ainda que a inclusão digital seja entendida como condição para a melhoria das condições de vida daqueles que estariam alijados do ciberespaço, essa operação também pode ser tomada como uma estratégia de controle rizomático³ para governar os sujeitos, conduzir suas condutas, como uma expressão da vontade de poder. Incluir no ciberespaço, colocar todos nesse *plano alternativo da existência*, significa multiplicar os agenciamentos e interpelações a que esses sujeitos estão submetidos, enredando-os em novas

³ Estaremos tomando como controle rizomático as estratégias que permitem extrair saberes dos sujeitos por meio de tecnologias avançadas e que se apresenta de modo pervasivo, sem uma centralidade, espalhando-se de forma capilarizada pelo tecido social. O controle rizomático potencializa a governamentalização das condutas, sendo um importante instrumento de intervenção social contemporâneo.

malhas de poder. Malhas tão finas, que são imperceptíveis. Que por imperceptíveis, são eficazes⁴.

Amiúde, a inclusão digital é relacionada com cidadania. Entendemos que esse seja um dos operadores contemporâneos no governmentamento da população. Conforme Martins (2000), existe um crescente uso do termo cidadania, nos mais diversos contextos. Ele destaca dois dos principais sentidos que lhe vêm sendo atribuídos: cidadão como cliente consumidor de serviços do Estado e/ou cidadão como aquele que conhece seus direitos e deveres, reivindicando os primeiros e cumprindo os segundos. Formar cidadãos significa, nesse contexto, produzir sujeitos que sejam empresários de si, que saibam cuidar de seus interesses de forma ativa. O empresariamento dos indivíduos constitui uma das táticas contemporâneas de gestão do risco social: cada um gerindo sua vida, reduzem-se os riscos individuais, acarretando na redução do risco coletivo. Assim, a noção de cidadania vem sendo utilizada como elemento estratégico para a gestão do risco social. Por conseguinte, a estreita vinculação de inclusão digital e cidadania faz com que se possa compreender a inclusão digital como uma estratégia para gestão do risco.

Os discursos que tratam da inclusão digital não apenas a tomam como elemento fundamental para a constituição da cidadania. Podem, também, representá-la como condição para constituir uma dimensão particular dessa cidadania.

O que é cidadania digital? Essa nova dimensão social e política explicita um novo jeito de ser, que se qualifica pelo acesso autônomo ao mundo virtual e à toda a sua complexidade, assim como a participação na vida comunitária digital e o acesso ao comércio eletrônico em condições efetivas, com real poder de compra (Testa, 2007, p.69).

A cidadania digital amplia a noção de cidadania, fortalecendo a representação do cidadão como alguém capaz de participar do jogo político-econômico, não a partir de uma certa proteção do Estado, mas como indivíduo

⁴ Gostaríamos de salientar que não estamos tratando aqui de mostrar que a inclusão digital é uma coisa ou outra, que ou é instrumento para melhoria da vida de uma parcela da população ou é instrumento de governmentamento das condutas. Também não estamos tomando esse controle rizomático como uma espécie de conspiração. Não estamos, sequer, nos posicionando contra ou a favor desse controle e das possibilidades de governar as condutas, tendo em vista que entendemos que isso não traz apenas efeitos deletérios. Nosso objetivo neste artigo é apresentar outros pontos de vista, outras problematizações acerca da inclusão digital, que nos permitam construir outros entendimentos sobre a mesma.

que assume integral responsabilidade pela própria vida. Conforme o excerto, a cidadania digital está inserida num contexto mais amplo do que o acesso à internet, pois supõe um sujeito que possa consumir, isto é, que tenha uma renda, que seja um incluído social. A participação na “vida comunitária digital” dá-lhe acesso a informações, permite comunicações. Mas, também, permite inseri-lo nos bancos de dado e oportunizam novas entradas em sua privacidade.

Muitas vezes, articulada com a noção de cidadania, os documentos que tratam da inclusão digital também invocam a comunidade. Comunidade digital, mas, mais freqüentemente, comunidade geográfica. A comunidade é a localização daqueles que precisam ser incluídos e o coletivo que se beneficia com essa inclusão.

O desafio que enfrentam os planos nacionais de conectividade ou de inclusão digital é conseguir que os centros de acesso público à Internet que estão implantando sejam verdadeiros telecentros comunitários, ancorados e respondendo às necessidades locais e ao desenvolvimento humano desde uma visão social, mais além de uma visão tecnológica ou econômica da conectividade (Delgadillo; Gómez; Stoll, 2008).

Na sociedade do hiperindividualismo (Lipovetsky, 2004), a comunidade está se constituindo como instrumento para governar parcelas da população (Rose, 1996). Os sentidos que vêm sendo atribuídos para comunidade são variados, podendo conclamar sujeitos que, de algum modo, necessitem produzir e comprometer-se com uma coletividade por determinadas condições de fragilização social, que podem ser das mais variadas ordens. Comunidades *gays*, comunidades negras ou comunidades de deficientes. Comunidades de compromisso, chamadas por Bauman (2003) de comunidades éticas. Na atualidade, uma das mais recorrentes noções de comunidade está associada aos lugares habitados por concentrações de pobres, zonas de intenso risco social. Essas comunidades são imaginadas algumas vezes por lideranças comunitárias, mas muito freqüentemente pelas próprias políticas governamentais. Quando campanhas e projetos são estruturados em cima da noção de comunidade, isso busca estimular que os grupos assim narrados passem a se ver e se portar como tal. Essas comunidades são chamadas a tomarem conta de seu próprio destino, gerar e gerir recursos, prover sua segurança. A comunidade autogerida, inventada pelos projetos governamentais, reduz a necessidade do Estado governar. A comunidade se constitui como meio de intervenções sociais para conduzir as condutas dos sujeitos. A coletivização dos indivíduos na comunidade faz com que aqueles

que devem ser empresários de si se unam numa espécie de associativismo empresarial, em que a união das empresas resulta no benefício de cada um.

A comunidade como estratégia e a cidadania como operador articulam-se no governmentamento principalmente daqueles que se encontram em situação dita de exclusão social. A inclusão digital articula-se com esses discursos, permitindo que entrem novos elementos na governamentalização desses indivíduos, por meio de novos agenciamentos ativados pelo controle rizomático que a utilização da internet potencializa e constituindo um dispositivo para gestão do risco social.

A inclusão digital pode ter muitas faces: do barateamento da venda de equipamentos e acesso à internet à criação de telecentros comunitários. As múltiplas práticas (discursivas e não-discursivas) constituem um feixe de relações, linhas de fluxo que se concentram na escola, tanto tomando-a como local privilegiado para a inclusão digital, como tomando-a como modelo.

A ESCOLA COMO LÓCUS E MODELO DA INCLUSÃO DIGITAL

Desde a Modernidade, a escola vem sendo convocada a desempenhar diversos papéis que estão além da transmissão de conhecimentos entre gerações. Já em 1640, Comenius (2002) escreve que “A todos que nasceram homem a educação é necessária para que sejam homens e não animais ferozes”, marcando uma função moralizadora que irá se situar na escola até os dias de hoje, quando se considera sua função de formar cidadãos, por exemplo. Ela também é convocada para inculcar hábitos de higiene e de cuidar da saúde dos corpos infantis (Santos, 2004). É, ainda, instituição privilegiada nos discursos inclusivos: deve acolher sindrômicos, surdos, cegos, cadeirantes. Seu currículo deve fomentar uma igualdade que preserve a diferença, produzindo outros sentidos para os gêneros, orientação sexual e etnias.

Com a inclusão digital, isso não é diferente: “escolas e crianças são públicos prioritários e indispensáveis” (Brasil, 2004, p.12), segundo consta do documento *A Inclusão Digital é Indissociável do Governo Eletrônico*. E essa não é a opinião apenas do governo brasileiro, mas também de outros agentes pertencentes à iniciativa privada:

Há vários caminhos de melhorar o cenário atual de exclusão, com relações custo/benefício razoáveis. A instalação de computadores nas escolas, por exemplo, é uma das alternativas que se mostraram mundialmente eficientes nos países em desenvolvimento (Rebello, 2005).

O excerto acima, além de reafirmar a ênfase que está sendo atribuída para a escola no processo de inclusão digital, aponta para algo que vem se tornando prioritário no investimento de verbas para o setor de educação: a instalação de laboratórios de informática nas escolas. Esses laboratórios devem ter um determinado número de computadores a serem utilizados pelos alunos, mas não podem prescindir de conexões com a internet, sob pena de produzirem

[...] cenários surreais da chamada inclusão digital, como é o caso de comunidades ou escolas que recebem computadores novinhos em folha, mas que nunca são utilizados porque não há telefone para conectar à internet (Rebelo, 2005).

O computador sem conexão com a internet transforma-se num trambolho inútil, que consome verbas e ocupa espaços. Isso torna projetos educacionais que utilizavam a informática sem conexão e que vinham sendo desenvolvidas desde a década de 80, até bem pouco tempo consideradas como inovações significativas no campo educacional, inutilidades anacrônicas.

Contudo, a existência de computadores conectados à internet é necessária, mas está longe de ser suficiente para que a escola realize a inclusão digital.

A inclusão digital na escola depende, em grande medida, da qualidade docente, no sentido de que os professores precisam enfronhar-se definitivamente nesta seara (Demo, 2005).

A situação de exclusão digital não é hoje pensada simplesmente pela impossibilidade de acesso à internet, mas se complexifica ao articular o acesso com conhecimentos específicos a serem desenvolvidos por esses sujeitos:

Somente colocar um computador na mão das pessoas ou vendê-lo a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-lo em benefício próprio e coletivo (Rebelo, 2005).

Nas narrativas de pesquisadores, de documentos governamentais e de ONGs, esse uso na escola deve estar a serviço da aprendizagem, articulado com o currículo. A escola “começa a praticar a inclusão digital quando incorpora em sua prática a idéia de que se educa aprendendo” (Fagundes, 2004). Integrar o uso de computadores às atividades didáticas não significa apenas inserir um novo recurso. Utilizar computadores ligados à internet rompe com a ordem e a clausura da escola disciplinar.

A mudança não vai ser didática, metodológica ou educacional. Vai ser de visão de mundo. Assim que os usuários entrarem nos sites, blogs, redes sociais, vídeos e podcasts, textos de referência e dicionários, a miríade de fontes abertas que há na rede como sua nova e permanente sala de aula, o modo de aprender terá mudado para sempre (Carta na Escola, 2008).

Entendemos que o uso da internet estaria hoje transformando os sujeitos. A inclusão digital não diz respeito apenas ao uso de mais um artefato tecnológico, mas à produção de novas formas de ser e estar no mundo. A entrada da internet na escola faz com que o espaço cercado de sólidas paredes da sala de aula seja rasgado pela possibilidade de acesso a pessoas e informações de lugares distantes. O tempo coletivizado das atividades sincronizadas se perde na possibilidade de individualização nas buscas e comunicações. Essa abertura para outras organizações espaço-temporais provavelmente implicará a construção de outras formas curriculares. Mas também poderá possibilitar linhas de fuga para além da sala de aula, constituindo contracondutas que trazem aprendizagens outras, não pensadas, não desejadas pela escola. E isso já se constitui num temor. Em artigo da Revista Carta na Escola (2007), uma “professora explica que se o uso de laptops em sala de aula não aproximar a atividade escolar das questões contemporâneas, o computador vira entretenimento”.

Contudo, a escola não tem sido apenas o lócus privilegiado para iniciativas de inclusão digital. Mesmo quando isso acontece fora da escola, ela estaria servindo de modelo para formatação desses projetos. O Comitê de Democratização da Internet (CDI), ONG que trabalha com projetos de inclusão digital, traz em seu *site*:

As Escolas de Informática e Cidadania (EICs) do CDI seguem o conceito de "escola não-formal", com uma estrutura organizacional composta por um coordenador, educadores e educandos (CDI, 2008).

Possivelmente a escola venha sendo tomada como referência para projetos de inclusão digital não-escolares por ser a instituição que desde a Modernidade até os tempos atuais vem sendo convocada para governar as condutas, domesticando e moralizando os sujeitos, procurando enquadrá-los nos modos de vida desejáveis de uma sociedade. Cada sociedade, a partir do seu contexto histórico, possui um sistema de educação que interpela seus indivíduos e os conforma de maneira que “cria no homem um ser novo” (Durkheim, 1967, p.44). Pensando a inclusão digital como uma ação para

conformar aqueles sujeitos que estariam, supostamente, à margem do mundo digital, que tão fortemente vem configurando o mundo contemporâneo, parece-nos que nada seria mais adequado para servir de modelo para essas iniciativas do que a escola.

Desse modo, podemos perceber que, apesar das imensas transformações sociais do mundo contemporâneo, a escola ainda mantém seu papel de destaque. Ainda que atualmente inúmeras outras instituições estejam concorrendo com a escola na produção das subjetividades, ainda que os discursos que narram sua crise sejam cada vez mais contundentes e numerosos, ela continua sendo convocada a dar conta de conformar e regular os sujeitos. E deve acolher elementos que se multiplicam e se transformam continuamente, tornando a imagem do sujeito a ser formado uma imagem holográfica em permanente reconfiguração, tendo em vista que os corpos contemporâneos devem ser interpelados e atravessados por uma multiplicidade de significados cada vez mais cambiantes e voláteis. A inclusão digital deve ser assumida pela escola e implantada a partir do modelo da escola porque seu maior objetivo é produzir os novos sujeitos, capazes de viverem e de serem governados no mundo das novas tecnologias.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. *Inclusão e exclusão social*. Módulo 1 – Ética. Brasília, 2007. p.15.

BRASIL, Comitê Executivo do Governo Eletrônico. A Inclusão Digital é Indissociável do Governo Eletrônico. In: *Oficinas de Planejamento Estratégico - relatório consolidado*. Maio de 2004. p.12-14. Disponível em <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/referencias/arquivos/outros/documentos-gerais-referencias/diretrizes_inclusao_digital_gov.pdf>. Acesso jun. 2008.

BULGER, Kevin. *A Brief History of the Digital Divide*. Publicado em abr. 2007. Disponível em <<http://www.ctcvista.org/node/717>> . Acesso jun. 2008.

CANDAUI, Vera Maria. *Educação e inclusão social: desafios para as práticas pedagógicas*. XIII ENDIPE. Recife, 2006. p.8. Texto digitado.

CARTA NA ESCOLA. *Para facilitar a inclusão*. Ed. 20, out. 2007. Disponível em <<http://www.cartanaescola.com.br/edicoes/20/para-facilitara-inclusao/?searchterm=inclusão>>. Acesso jun. 2008.

CARTA NA ESCOLA. *Nasce o homem algorítmico*. Ed. 23, fev. 2008. Disponível em <<http://www.cartanaescola.com.br/edicoes/23/nasce-o-homem-algoritmico/?searchterm=>>>. Acesso jun. 2008.

CDI. *O que é o CDI?* Disponível em <<http://www.cdi.org.br/>>. Acesso jun. 2008.

COMENIUS. *Didática Magna*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DELGADILLO, Karin; GOMÉZ, Ricardo; STOLL, Klaus. *Telecentros Comunitários para o Desenvolvimento Humano*. Disponível em <http://www.oppi.org.br/apc-aa-infoinclusao/infoinclusao/busca_results.shtml?slice_id=e616eb69832aedbfa46df713a4e0ca8a&x=36>. Acesso jun. 2008.

DEMO, Pedro. Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*. Brasília: IBCT, v.1, n.1, out./mar.2005, p.36-38. Disponível em: <<http://www.ibict.br/revistainclusaosocial/viewarticle.php?id=4&layout=abstract>>

DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: FORACCHI, M. M; PEREIRA, L. (orgs.). *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Nacional, 1967. p.34-48.

FAGUNDES, Lea. Podemos vencer a exclusão digital! (entrevista). *Nova Escola*. Ed. 172, maio 2004. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0172/aberto/mt_86784.shtml>

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro:Record, 2003. p.2171-218.

LIPOVETSKY, Gilles. *Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARTINS, Marcos. Uma “catarsis” no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania com valor ético-político. *Revista de Ética*. Campinas: Unicamp, vol.2, n.2, jul.-dez.2000, p.106-118. Disponível em

<http://www.am.unisal.br/graduacao/Ped/pdf/2007/art_conceito_de_cidadania.pdf>. Acesso jun. 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão social no Brasil. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Educação*, vol.11, n.33, 2006, p.387-405.

REBELO, Paulo. *O que é inclusão digital?* Publicação maio 2005. Disponível em <<http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>>. Acesso jun. 2008.

ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. In: *Economy and Society*. Londres: Routledge, n.25, v.3, ago. 1996. p.327-356.

SANTOS, Iolanda Montano dos. *Cuidar e curar para governar: as campanhas de saúde na escola*. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2004. Dissertação de Mestrado.

TESTA, Antônio. Cidadania digital e competitividade. *Inclusão Social*. Brasília, v.2, n.1, mar. 2007, p.67-72. Disponível em: <<http://www.ibict.br/revistainclusaosocial/viewarticle.php?id=33&layout=abstract>>. Acesso jun. 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura. Inclusão e Governamentalidade. *Educação e Sociedade*. Campinas: Unicamp, vol.28, n.100, out. 2007, p.947-963. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso jun. 2008.

ZERO HORA. *Brasil tem mais de 40 milhões de internautas*. Porto Alegre, 28 jun. de 2008. *Economia: Pesquisa*, p.26.